



*Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D. F.*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 7347**

**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, **vem**, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu Presidente e por intermédio de seus advogados infra-assinados, requerer a concessão da seguinte medida cautelar.



# *Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

A presente petição é resultado de reuniões institucionais de alto nível realizadas entre a OAB e o Ministério da Fazenda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, representantes dos grandes contribuintes e advogados especialistas no tema.

Nesse viés, o diálogo institucional representa importante ferramenta para a resolução de temas constitucionais. Isso porque permite a interação dos tribunais com os poderes políticos, fortalecendo a democracia, ao ampliar não apenas a participação popular, mas também a concretização dos maiores interesses da sociedade. A partir da interação entre os poderes e entre estes e a própria sociedade, diversas visões e conhecimentos contribuem para a construção da decisão. Desse modo, todas as instituições tomam posições ativas e abertamente responsáveis para a construção do significado material da Constituição.<sup>1</sup>

O produtivo diálogo entre as instituições, especialmente entre os três Poderes, é outro caminho que se apresenta como possibilidade a fim de minorar os efeitos do ativismo judicial. A articulação entre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, permite que a responsabilidade por algumas decisões seja compartilhada, buscando-se explorar as diversas capacidades institucionais de cada poder.

Assim, com base no profícuo diálogo institucional realizado, o Peticionante submete à apreciação dessa E. Corte o pedido de concessão da medida cautelar para que seja dada interpretação conforme à Constituição aos artigos 1º e 5º da Medida Provisória n.º 1.160, de 12 de janeiro de 2023, de modo que o voto de qualidade apenas seja considerado constitucional, na esfera da União, quando cumpridos os seguintes pressupostos:

**i.** Ficam excluídas as multas, e cancelada a representação fiscal para fins penais de que trata o art. 83 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na hipótese de julgamento de processo administrativo fiscal resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade a que se refere o § 9º, do art. 25, do Decreto 70.235/1972, inclusive para os casos já julgados pelo CARF e ainda pendente de apreciação do mérito no tribunal regional federal competente.

**ii.** Na hipótese de julgamento de processo administrativo fiscal resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade, a que se refere o § 9º do art. 25, e desde que haja a efetiva manifestação do contribuinte para pagamento no prazo de 90 dias, serão excluídos, até a data do julgamento, os juros de que trata o art. 13 da Lei n.º 9.065, de 20 de junho de 1995.

---

<sup>1</sup> ANDREA, Gianfranco Faggin Masto *et al.* Diálogo institucional e democracia: das experiências do Canadá e da África do Sul para o Brasil. Sequência: Estudos jurídicos e políticos. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.



# *Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

a) O pagamento mencionado poderá ser realizado em até 12 parcelas, mensais e sucessivas, corrigidas nos termos do art. 13 da Lei nº 9.065, de 1995, e abrangerá o montante principal do crédito tributário.

b) No caso de não pagamento nos termos do caput ou de inadimplemento de qualquer das parcelas previstas no parágrafo anterior serão retomados os juros de que de que trata o art. 13 da Lei nº 9.065, de 1995.

c) Para efeito do disposto na alínea a), admite-se a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL de titularidade do sujeito passivo, de pessoa jurídica controladora ou controlada, de forma direta ou indireta, ou de sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma pessoa jurídica, apurados e declarados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, independentemente do ramo de atividade.

d) O valor dos créditos de que trata a alínea c) será determinado, na forma da regulamentação:

I - por meio da aplicação das alíquotas do imposto sobre a renda previstas no art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sobre o montante do prejuízo fiscal; e

II - por meio da aplicação das alíquotas da CSLL previstas no art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, sobre o montante da base de cálculo negativa da contribuição.

e) A utilização dos créditos a que se refere alínea c) extingue os débitos sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

f) A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de 5 (cinco) anos para a análise dos créditos utilizados na forma da alínea c).

g) O disposto no item ii) aplica-se exclusivamente à parcela controvertida, resolvida pelo voto de qualidade, no âmbito do CARF.

h) Não optando pelo pagamento na forma descrita, os créditos definitivamente constituídos serão encaminhados para inscrição em dívida ativa da União em até 30 (trinta) dias e:

I - não incidirá o encargo de que trata o art. 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969; e

II – será aplicado o disposto no art. 25, §9º-A.

i) No curso do prazo de 90 dias do item ii), os créditos tributários objeto de negociação não serão óbice à emissão de certidão de regularidade fiscal, nos termos do artigo 206 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

j) O pagamento mencionado na alínea a) compreende o uso de precatórios para amortização ou liquidação do remanescente, na forma do art. 100, §11, da Constituição.



# Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

**iii.** Os créditos inscritos em dívida ativa da União em discussão judicial que tiverem sido resolvidos favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade poderão ser objeto de proposta de acordo de transação tributária específica, de iniciativa do sujeito passivo.

a) O Procurador-Geral da Fazenda Nacional regulamentará o disposto no item iii), inclusive para prever que a possibilidade de transação levará em conta o prognóstico do risco judicial de cada processo, observando as disposições do art. 25, §9º-A e do art. 25-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972

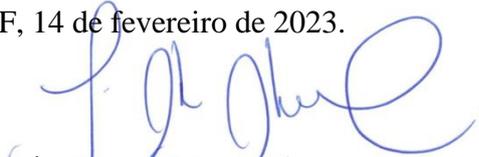
**iv.** A apresentação de garantia aos créditos resolvidos favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade previsto no artigo 25, §9º do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, suspenderá todos os atos de cobrança da dívida.

a) Fica autorizada a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a pactuar a apresentação de garantia judicial pelo sujeito passivo de acordo com o perfil de conformidade e capacidade de pagamento, nos termos de regulamentação a ser editada.

Por todo o exposto, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil requer a concessão da medida cautelar, a fim de que seja dada interpretação conforme à Constituição aos artigos 1º e 5º da Medida Provisória n.º 1.160, de 12 de janeiro de 2023, nos termos acima delineados, e no mérito, a confirmação da medida cautelar ora requerida.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 14 de fevereiro de 2023.



**José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral**  
Presidente do Conselho Federal da OAB

OAB/AM 3.725

OAB/DF 45.240



**Marcus Vinicius Furtado Coêlho**

Presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais

OAB/DF 18.958



**Lizandra Nascimento Vicente**  
OAB/DF 39.992



**Bruna Santos Costa**  
OAB/DF. 44.884